

A TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO NEGRO ORGANIZADO E SUAS ESTRATÉGIAS DE SUPERAÇÃO DO RACISMO NA SOCIEDADE BRASILEIRA (1931-2003)

PAULO FERNANDO CAMPBELL FRANCO*

* Professor de História da África e Educação e Cultura Afro-brasileira da Universidade Católica de Santos. Mestrado em História Social da Universidade de São Paulo.

RESUMO

Este artigo recupera a discussão sobre a resistência negra no contexto histórico e social do Brasil, entre 1931 e 2003. Construído a partir da análise da historiografia sobre o tema, ao destacar a luta do movimento negro pela ampliação da cidadania, sugere a importância de reconhecer as conquistas do movimento negro na luta pela educação inclusiva, superação do racismo e reavaliação do papel do negro na história do Brasil.

PALAVRAS-CHAVE

Movimentos Sociais, Movimento Negro Brasileiro, Resistência, Racismo, Antirracismo.

INTRODUÇÃO

O artigo sob o título *A trajetória do movimento negro organizado e suas estratégias de superação do racismo na sociedade brasileira (1931-2003)* tem como proposta analisar aspectos da resistência negra no contexto histórico e social do Brasil, entre 1931 e 2003, com ênfase na luta pela ampliação da cidadania, por meio de um longo processo que visou a construção de igualdade e o acesso aos diversos setores sociais, visando a superação do racismo. A conjuntura de 1931 até 2003 justifica-se por ser o ano de 1931 o da Fundação da Frente Negra Brasileira, impor-

tante movimento afro-brasileiro representativo dos desejos e aspirações da população negra na década de 30. Por sua vez, o ano de 2003 foi o da criação da Lei nº 10.639, que tornou obrigatório o ensino de História e cultura afro-brasileira nas escolas de todo o país, também um marco da conquista do Movimento Negro na luta pela educação inclusiva e para a reavaliação do papel do negro na história do Brasil. Nessa conjuntura serão analisados pontos de inflexão que marcaram a atuação política do Movimento Negro para a superação do racismo na sociedade brasileira.

Ao observar o não lugar do negro na sociedade brasileira que remonta ao longo período da escravidão, poderíamos pensar que com o fim da escravatura, em 1888, a situação estava resolvida. Ledo engano. No Brasil, o momento da abolição da escravatura e da proclamação da República configurou uma particular condenação dos negros. A penetração dos discursos racistas, sustentados pelo cientificismo do século XIX, legitimou a invenção de uma percepção de raça como atributo biológico e cientificamente mensurável. Melhor explicando: estabeleceu-se uma concepção de raça baseada na suposta existência de uma diversidade biológica inscrita no corpo. Os negros e afrodescendentes seriam portadores de uma inferioridade intrínseca que, determinada biologicamente, reduziria as faculdades que lhes permitissem alcançar a plenitude do desenvolvimento intelectual, a possibilidade de assimilação ou aprendizado.

Assim, não surpreende que a invenção dessa inferioridade também funcionou como justificativa para desobrigar as autoridades a cuidar da instrução primária das crianças, jovens e adultos negros. O resultado disso, por exemplo, foi a manutenção do analfabetismo e exclusão da vida política formal da grande maioria da população negra que então se libertava. Embora pareça paradoxal, as elites brancas brasileiras, por meio de políticas racistas disfarçadas, impediram sistematicamente a ascensão social dos negros.

Esse conjunto de informações ajuda a compreender a importância da ação do movimento negro brasileiro, numa perspectiva histórica e sociológica de longa duração, como o sujeito político cujo processo de luta ao longo do século XX — fruto da tomada de consciência de que a pobreza no Brasil tem cor e, em decorrência, de que era importante somar esforços na luta contra a desigualdade social e racial —, culminou com a capacidade de influenciar o governo brasileiro para a aprovação da Lei Federal nº 10.639/2003 que obriga as escolas de educação básica a incluir no currículo escolar o ensino sobre cultura e história afro-brasileiras, especificando que esse ensino deve privilegiar o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional.

O desenvolvimento deste artigo é pautado basicamente por duas perspectivas complementares. A primeira delas identifica o não lugar do negro na sociedade brasileira, uma vez que no Brasil, o momento da Abolição da Escravatura (1888) e da Proclamação da República (1889) foi o período de particular condenação dos negros. A penetração dos discursos cientificistas e racistas no Brasil suprimiu o debate em torno da cidadania e das conquistas de direitos. Atrelada à primeira, a segunda perspectiva é a compreensão da ação que o Movimento Negro exerce marcada, sobretudo, por um discurso que reivindica o pleno reconhecimento da cidadania do negro.

Recorri a períodos anteriores a 1931, a fim de buscar os elementos que me parecem essenciais para compreender continuidades e mudanças. Por isso busquei as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX para caracterizar o debate sobre a identidade nacional que ocupou lugar privilegiado no Brasil da Primeira República (1889-1930).

A pesquisa que culminou no presente artigo foi qualitativa e bibliográfica. Foi qualitativa uma vez que priorizou a compreensão dos dados de forma qualitativa, considerando a

totalidade, a contradição e a mediação. Foi bibliográfica, pois embasada na produção acadêmica de autores como Hasenbalg (1979), Silva (1994), Barbosa (1998), Hanchard (2001), D'Adesky (2001), Gomes (2005), Schneider (2006), Hernandez (2008), Almada (2009), Santos (2017), Schwarcz; Gomes (2018), entre outros.

Por fim, uns poucos esclarecimentos acerca do título deste artigo. Foi pensado para enfatizar os principais momentos da organização política e de lutas antirracistas dos movimentos negros no Brasil e, ao mesmo tempo, observar que a história desses movimentos revela continuidades e descontinuidades.

1. O LUGAR DO NEGRO NA SOCIEDADE BRASILEIRA

A invenção da África e dos africanos, por meio de concepções fantasiosas, tem uma trajetória muito antiga. A crença de que na África Subsaariana vivia um povo homogêneo e que não produzia cultura foi sendo reforçada ao longo dos séculos.

Estereótipos acerca dos africanos já estavam presentes, por exemplo, na obra do viajante muçulmano Ibn Khaldun (1332-1406) que considerava os habitantes da África Negra como não pertencentes à raça humana. Da mesma forma, autores medievais ocidentais evocavam os “pecados dos filhos de Cam” como justificativa da “inferioridade racial” dos povos negros em relação aos europeus.

Essas concepções, derivadas do desconhecimento do continente africano, foram reforçadas entre os séculos XVI e XIX. A diferença é que, na segunda metade do século XIX, o saber ocidental construiu uma nova invenção, constituída por visão de mundo legitimada pela ciência, que se abateu sobre os povos não-brancos, particularmente os negros: a invenção de uma percepção de raça como atributo biológico e cientificamente mensurável. Nesse sentido, vale registrar que

a novidade do século XIX foi o estabelecimento de uma concepção de ‘raça’ baseada na suposta existência de uma diversidade biológica inscrita no corpo, pois patente na própria tipologia de grupos ou indivíduos. O termo ‘raça’, originário do latim *ratio* (usado para designar categoria, espécie, descendência) já existia desde muito antes, mas ainda não possuía o *status* pretensamente científico que adquiriu depois. A Biologia, que como disciplina autônoma nasceu não por acaso no século XIX, forneceu o modelo epistemológico, cientificamente legitimado, capaz de explicar a diversidade humana. Se o pré-conceito contra o outro é tão velho como a própria humanidade, a novidade foi o estabelecimento de uma inferioridade intrínseca, que impediria a possibilidade da conversão, assimilação ou aprendizado. [...] Convém lembrar que a ciência crescia em autoridade na mesma medida em que a religião declinava, e foi sob os auspícios desse novo critério da verdade que se afirmou a desigualdade natural das raças. (SCHNEIDER;2006;p.78)

Assim, observa-se que o respaldo científico dado às doutrinas raciais presentes na passagem do século XIX para o XX consolidava o dogma de que a diversidade humana era produzida pela desigualdade das raças. Em decorrência, produziu-se hierarquias raciais que localizavam os europeus civilizados no topo, como pertencentes à raça “superior”, e os negros “bárbaros” na base, como os mais “inferiores” dos seres humanos. Os demais povos ocupavam posições intermediárias.

Soma-se a essas doutrinas sociais o darwinismo social, principal doutrina racista vigente no final do século XIX, que

[...] radicalizou o primado das leis biológicas na determinação da civilização, afirmando que o progresso humano é um resultado da luta e da competição entre as raças, vencendo os mais capazes (ou aptos) — no caso os brancos, porque as demais raças, principalmente os negros, acabariam sucumbindo à seleção natural e social. Apesar da condenação à mestiçagem entre raças desiguais, estes darwinistas sociais pensavam que a operação da seleção natural criaria raças puras a partir da diversidade que então era dominante; e muitos deles mantiveram que, se adotassem medidas de eugenia, a mudança biológica poderia estar ao lado do progresso humano. (SEYFERTH;1996;p.43)

De fato, como decorrência dos debates científicos em torno da ideia de raça, apareceu a noção de eugenia, pioneiramente desenvolvida pelo inglês Francis Galton (1822-1911), sobrinho de Charles Darwin, em seu livro *Hereditary Genius*, publicado em 1869. Esse novo saber, fundamentado em teorias científicas, apresentava-se como um procedimento destinado a aperfeiçoar artificialmente a qualidade genética de uma população. Para Galton, quanto mais pura a raça mais forte e melhor ela seria (BIZZO, 1994;p.68-77). O fato é que, na passagem do século XIX para o XX, a eugenia congregava um conjunto de ideias respeitáveis, cientificamente convincentes e partilhadas por importantes intelectuais (jornalistas, escritores, acadêmicos e grande parte do público letrado). Lília Moritz Schwarcz (1993;p.239) lembra que “consumidores da literatura especializada que vinha da Europa e da América do Norte, esses grupos tomam a questão da raça quase como obsessão, como suporte para uma produção nacional e específica”.

Dessa forma, a ascensão do racismo científico logo se fez sentir no Brasil. Influenciados por teóricos como Arthur Gobineau, Louis Agassiz e Le Bom, a geração modernista de 1870, por exemplo, acreditou na ciência e na desigualdade das raças. Como estava interessada em operar uma atualização histórica da sociedade brasileira, defendia que só um programa efetivo de imigração apresentaria uma saída favorável para a nação brasileira¹.

Por esses motivos, a miscigenação se transformou em assunto privilegiado no discurso nacionalista brasileiro, na segunda metade do século XIX, defendendo a formação de uma futura raça histórica brasileira, resultante de um processo seletivo que daria conta do branqueamento da população brasileira. Aqui cumpre esclarecer que entre 1880 a 1930, período de imigração de massa, creditou-se ao imigrante branco europeu, com base na teoria do branqueamento, o papel de ingrediente fundamental na construção de uma raça brasileira. Convém recordar que

[...] tratava-se aí de ver na mistura de imigrantes brancos com os mestiços brasileiros a operação por meio da qual se daria a regeneração da raça, produzindo-se um povo homogêneo. A entrada de sangue branco e consequente depuração do sangue negro pela mestiçagem garantiriam, assim, a ‘correção’ dos componentes étnicos que fundaram o Brasil, produzindo um ‘tipo’ racial brasileiro, porque possuidor de maior quantidade de sangue branco mais eugênico.(RAMOS;1996;p.61)

Mas o que sobressai de tudo isso é que no Brasil, o momento da Abolição da Escravatura e da Proclamação da República foi de particular condenação dos negros. Convém recordar que a República se consolidou sobre a exclusão do envolvimento popular, sobre a ideologia liberal pré-democrática, darwinista e reforçadora do poder oligárquico (CARVALHO; 1987;p.161). Sobre a ideologia darwinista, o darwinismo social, e seus desdobramentos históricos é preciso sublinhar que a penetração dos discursos científicistas e racistas suprimiu o debate em torno da cidadania e das conquistas de direitos da população negra e consolidou o seu lugar social, ou seja, os negros eram diferentes porque biologicamente inferiores e, em decorrência, eram os pobres, aqueles que tinham menos chances de vida.

Não é difícil perceber que essa realidade reforçou danos psicológicos, materiais, sociais e políticos já sofridos sob o regime escravista, acrescida de políticas explícitas ou tácitas de branqueamento da população, de manutenção de privilégios exclusivos para grupos com poder de governar e de influir na formulação de políticas, no pós-abolição. Em decorrência, a população negra brasileira continuou a ser tratada com indiferença, injustiça e desqualificação.

Algumas considerações se impõem em relação ao até aqui exposto. Segundo a antropóloga Yvonne Maggie (1996; p.226), a sociedade brasileira funda-se em três mitos. Diz ela:

De um lado, o mito ou a fábula das três raças – no dizer de Roberto Da Matta, o nosso mito de origem—, que conta que viemos de três raças: negros, brancos e índios. Outro mito básico fala de nossa ‘democracia racial’, do paraíso dos mestiços, onde o racismo e a segregação social não existem. Há, finalmente, outra premissa, que chamarei aqui de mito do branqueamento. O ideal de branqueamento fala na cor e evita a oposição preto *versus* branco, fundando uma sociedade povoada de claros e escuros que deve ser um dia totalmente branca, sem diferenças.

Não é difícil perceber que os mitos fundadores da sociedade brasileira que falam de raça e cor acabaram por contribuir para o estabelecimento de um silêncio. Em outros termos, “as relações entre brancos e não brancos e os mecanismos de reprodução dessas relações se desenvolveram sem crítica e sem lei, organizados como foram desde a abolição pelos próprios indivíduos que vivem a experiência do cotidiano” (MAGGIE, 1996; p.230). Em decorrência, na República recém proclamada, sobreviveu a mentalidade escravista, mesmo com o fim da escravidão.

Outra reflexão soma-se a anterior. Na composição da sociedade brasileira a partir da fusão das três raças, coube aos brancos a liderança dos processos sociais. Reforçou-se, assim, a ideologia da supremacia racial do mundo branco e ao negro, por sua “condição social” e por sua “cor”, estavam vedados os espaços de cidadania. Assim,

o silêncio, a omissão, a distorção do lugar do branco na situação das desigualdades raciais no Brasil têm um forte componente narcísico, de autopreservação, porque vem acompanhado de um pesado investimento na colocação desse grupo como grupo de referência da condição humana. (BENTO;2002;p.23)

Mas é preciso deixar claro que não podemos reduzir as expectativas de conquista de direitos da população negra, no início do século XX, ao conformismo. Muito pelo contrário. Quando estudamos as lutas e resistência de lideranças negras na República Velha (1888-1930), destacam-se a “imprensa negra” e associações e como a parte mais conhecida da mobilização negra nas primeiras décadas republicanas. Surgem, após 1888, jornais editados por negros que tinham como principais temas a “raça negra” e o preconceito, refletindo sobre os desdobramentos da abolição da escravatura e a situação dos “homens de cor”, bem como sobre as experiências de organização em grupos associativos. Apenas a título de exemplo, é oportuno destacar “O Treze de Maio (1888), “A Pátria” (1889), “O Exemplo” (1892), “A Redenção” (1889), “O Baluarte” (1903), “O Propugnador (1907), “O Combate” (1912), “O Patrocínio” (1913) e muitos outros nos anos seguintes (GOMES; 2005; p.28).

Por sua vez, Petrônio Domingues (2018; p.113-119) ao tratar do “Associativismo Negro”, lembrou a intensa vida associativa desenvolvida pelos negros desde o momento que desembarcaram em solo brasileiro. Segundo Domingues, atender todo o tipo de necessidades era

o objetivo principal dessas associações, como por exemplo aquelas sediadas na cidade do Rio de Janeiro: a Sociedade Liga dos Homens de Cor (1888), a Guarda Negra da Redentora (1888), o Club Republicano (1889), o Centro Cívico Monteiro Lopes (1910), a Associação dos Homens de Cor (1921), entre outros.

Ao longo da Primeira República (1889-1930), as associações se multiplicaram: associações beneficentes e de auxílio mútuo, associações de perfil cultural, educativo e recreativo, associações de lazer, carnavalescas e recreativas, colaborando para manter viva uma experiência de resistência e ação coletiva que remonta à época da escravidão.

Da mesma forma, as manifestações culturais e religiosas de matrizes africanas podem ser consideradas como espaços da resistência, além de revelar o quanto o Brasil é um país africanizado. De fato, em contextos de dominação, os afro-brasileiros construíram processos de resistência religiosa. São espaços de identidade que, ao longo do tempo, abrigaram negros e não negros discriminados ou não submissos aos valores e condições dominantes.

É oportuno lembrar que as manifestações religiosas de matriz africana apenas na segunda metade do século XX puderam assumir inteiramente suas características e seus praticantes puderam publicamente assumir a pertença, com local definido e reconhecimento público e institucional. Até então, suas crenças e práticas eram objeto de racismo e perseguição, reproduzindo o estigma criado no período colonial, quando as religiões afro-brasileiras já eram alvo de preconceitos pelo simples fato de serem de origem africana.

Levando tudo isso em conta, observa-se que o racismo não é um privilégio do passado colonial, ele é atualizado por meio de mecanismos institucionais, políticos e ideológicos, gerando vantagens para brancos e provocando desigualdades na distribuição de serviços, benefícios e oportunidades aos diferentes segmentos da população negra.

Sob tais condições, são apresentados, a seguir, os principais momentos de organização política e de lutas antirracistas dos movimentos negros no Brasil no período de 1930 a 2003, considerando que, a grosso modo, para essa conjuntura os movimentos negros podem ser divididos em quatro períodos principais: do Movimento de 1930 ao Estado Novo de Getúlio Vargas (1930-1937); da democratização ao golpe militar (1945-1964); do golpe militar à redemocratização (1964-1985); da nova Constituição à publicação da Lei nº 10.639 (1988-2003).

2. O MOVIMENTO NEGRO E O FARDAMENTO DO NEGRO NO BRASIL

2.1. A Frente Negra Brasileira (1931-1937)

Para registrar aspectos da Frente Negra Brasileira (FNB), marco do desenvolvimento do movimento negro em São Paulo e também em todo o Brasil, vamos lançar mão das contribuições de pesquisadores como Clóvis Moura (1983), Márcio Barbosa (1998), Maria Aparecida Pinto Silva (2003), e Flávio Gomes (2005).

Nas últimas décadas, várias pesquisas foram dedicadas ao estudo da história da FNB, importante entidade do movimento negro, estruturada em 1931 — com a liderança de Arlindo Veiga dos Santos e colaboradores como José Correia Leite, Isaltino Veiga dos Santos, Gervásio de Moraes e Jayme Aguiar —, na cidade de São Paulo e com núcleos fundados em outros estados como Rio de Janeiro, Espírito Santo, Pernambuco, Bahia, Maranhão, Rio Grande do Sul. Tal expansão significava que as lideranças negras brasileiras perceberam aquele momento, de crise econômica e de transformações políticas, como importante para politizar a questão racial.

Ao rever o processo de formação da FNB no seu conjunto, tendo como referência essas pesquisas, foi importante notar que o seu nascimento pode ser considerado como a culminância de um projeto para a construção de uma verdadeira e definitiva associação que remete a toda movimentação social que já acontecia nas irmandades religiosas, na imprensa negra e nas associações culturais e recreativas em períodos anteriores que já discutiam a discriminação sofrida e pensavam alternativas para melhoria da condição de vida da população de afro-brasileiros. Os participantes dessas associações e de jornais mais conhecidos nos anos 1920 fizeram parte do corpo formador da FNB. Assim sendo, os seus idealizadores eram militantes de lutas anteriores a 1931 (SILVA; 2003; p.123). Sob tais condições, foi possível perceber que por estar presente um conjunto amplo e contraditório de posturas condensadas numa única organização, a Frente teve que enfrentar problemas internos devido a divergências entre seus membros.

Assim, sobre a gênese da FNB cabe ressaltar que

a Frente abrigou diversas tendências, não sem conflitos. Surgiu num período agitado [o movimento de 1930], atravessou uma revolução constitucionalista, viu aparecerem movimentos de esquerda, como a intentona comunista, e de direita, como o integralismo. Na época de sua fundação, em 1931, a maioria da população afro-brasileira vivia na zona rural. (BARBOSA; 1998; .11)

De fato, convém assinalar que o movimento de 1930 insuflou a chama da participação política nos grandes centros brasileiros, incluindo o já agitadíssimo meio negro, que também sofrera a ação devastadora da crise deflagrada após a quebra da bolsa de Nova Iorque, em 1929, momento em que o capitalismo e as democracias liberais foram fortemente questionados. Sob tais condições, assistiu-se em todo o hemisfério ocidental o surgimento de Estados fortes e quase sempre totalitários.

No Brasil, com a chegada de Getúlio Vargas ao poder, assistiu-se à constituição de um Estado forte, nacionalista, populista e autoritário. Solução à moda brasileira para as transformações sociais, políticas e econômicas vividas pelo país ao longo de toda a década de 1920.

No que diz respeito ao apoio da maioria dos negros ao Governo de Getúlio, vale recordar que na chamada Revolução de 30 “os negros já tinham apoiado Getúlio em todas as suas promessas de mudanças. Esse apoio aparece maciçamente nos editoriais dos jornais da chamada Imprensa Negra” (SILVA; 2003; p.36). Mas é preciso observar que esse apoio passou a ser circunstancial, pois quando o governo getulista enfrentou a Revolução Constitucionalista de 1932, entre os voluntários paulistas estavam os negros da chamada “Legião Negra”.

Nesse ponto, algumas considerações se impõem. Ao ser desencadeado o movimento paulista, o até então interventor de São Paulo, Pedro de Toledo – que acabou aceitando o convite dos líderes rebeldes para assumir a chefia civil do movimento, tendo sido declarado governador do estado –, foi até a sede da Frente Brasileira Negra solicitar o apoio dos negros. Porém, vários integrantes eram operários, classe amplamente defendida por Vargas, e não aderiram ao movimento constitucionalista. No entanto, outros integrantes romperam com FNB e constituíram a Legião Negra, também conhecidos como Pérolas Negras, que teve papel relevante na Revolução de 1932². Esse é o contexto com o qual se consegue captar que a Frente Negra Brasileira, desde a sua origem, abrigava diversas tendências, não sem conflitos.

Sobre a proposta da FNB, cabe ressaltar que se fundamentava em uma filosofia educacional, acreditando que o negro venceria à medida que conseguisse firmar-se nos diversos níveis da ciência, das artes e da licenciatura. Com essa perspectiva, fica evidenciado que os

frentenegrinos davam um grande valor à educação. De fato, o artigo terceiro do seu Estatuto determinava que “a Frente Negra Brasileira como força social, visa a elevação moral, intelectual, artística, técnica, profissional e física, assistência, proteção e defesa social, jurídica e do trabalho da Gente Negra”. Tão concisa quanto possível, essa determinação mostra que a maior preocupação era com a integridade do negro: saúde, educação, direitos e solidariedade. Para tanto, como organização, a FBN

tinha vários departamentos – instrução e cultura, musical, médico, de imprensa, esportivos, de artes e ofícios, jurídico-social, doutrinário e de comissão de moços. Entre os serviços oferecidos havia consultório dentário, salão de barbeiro e cabelereiro. Tinha ainda caixa beneficente e um posto destinado ao alistamento eleitoral. Realizava festivais de música e promovia cursos de alfabetização e oficinas de costura. Chegou a propor a criação de uma instituição escolar chamada Liceu palmares. A ideia era ministrar o ensino de cursos primário, secundário, comercial e ginásial a alunos sócios da FNB. Em sua sede realizava-se palestras e seminários. (GOMES;2005;p.50)

Resumindo o que até aqui se expôs, fica evidenciado que a FBN era uma organização que lutava para integrar a população negra em pé de igualdade com o restante da sociedade brasileira, reivindicando direitos históricos. Daí o empenho em criar as condições necessárias para que a população negra conquistasse espaços no competitivo mundo do trabalho – cursos de alfabetização e vocacionais para adultos e escola primária para crianças. Além disso, acreditava-se que para lutar contra o racismo, provando a capacidade intelectual da população negra, era primordial a ampliação de redes de solidariedade e que os negros participassem da vida política. Em síntese, a Frente desempenhou, na história da população negra, um lugar que o Estado brasileiro não ocupou.

Em face dos êxitos alcançados, em 1936, a Frente Negra foi transformada em partido político. Os anos de 1936 e 1937 seriam decisivos para o lugar que tinha sido ocupado pela Frente Negra Brasileira e o Partido da Frente Negra. Não é difícil perceber que nesse período o movimento negro vivia e sofria todos os processos históricos e políticos da sociedade brasileira. Com o golpe do Estado Novo de Getúlio Vargas, em 10 de novembro de 1937, a Frente Negra que se caracterizava como partido político é fechada, a partir de decreto do presidente que colocava na ilegalidade todos os partidos políticos. Foi um duro golpe, uma grande perda. Dos brasileiros negros foi subtraído um dos poucos veículos de expressão política de que dispunham. Aristides Barbosa, membro da FNB, em seu depoimento para Márcio Barbosa (1998; p.25) lembrou que

quando a Frente fechou ficamos chocados, ficamos decepcionados. Aí o pessoal, Raul Joviano do Amaral, que era jovem, Abécio Barbosa, que era jovem também, já eram da comissão dos moços, eles e um pessoal da época fundaram a União Negra Brasileira. Mas o golpe político contra a Frente Negra Brasileira foi tão profundo, tão contundente, que todos os frentenegrinos rejeitaram automaticamente a União Negra, então ela não teve condições de sobreviver. [...] Aí se fundou o Palmares, quer dizer, a União Negra Brasileira passou a ser o Clube Recreativo Palmares. [...] O Palmares parecia não ter condições de viver como uma entidade de porte, mas começou a pegar por causa dos bailes. [...] quer dizer, aquela Frente Negra poderosa se restringiu a um clube de baile como outro qualquer.

De fato, Raul Joviano do Amaral tentou conservar a organização, fundando a União Negra Brasileira. Mas, além das razões apontadas por Aristides Barbosa, a repressão do Estado

Novo era violenta. Seu jornal, *A Voz da Raça*, porta voz da Frente Negra, criado em 1933, deixou de circular e, em 1938, a União Negra Brasileira deixou de existir. Tudo isso reforça que o Estado Novo significou um duro golpe para a FNB às vésperas das comemorações dos cinquenta anos da abolição da escravatura no Brasil.

Por fim, uma última observação: existe uma visão de que Frente Negra teria sido uma organização conservadora, de direita. Uma crítica recorrente à FNB, refere-se ao fato de que ela apoiava abertamente Getúlio Vargas, mantendo uma admiração pelo fascismo europeu. É sabido que muitas dessas críticas devem-se ao fato de que o seu presidente, Arlindo Veiga dos Santos, professor de latim, era um dedicado militante monarquista, anticomunista e manifestava simpatias pelo fascismo. Além disso, criticava-se o fato de que a Frente se limitava a afirmar a existência do preconceito de cor, desinteressando-se por transformações mais profunda na ordem social. Ao que tudo indica, apesar de ser um líder carismático, as posições de Arlindo, mesmo que dissociadas de sua atuação na FNB, fomentaram conflitos internos e o aparecimento de grupos dissidentes.

Sobre essa visão, deve-se refletir também sob outra perspectiva, pois a questão é mais ampla. Nesse sentido, vale frisar que a FNB, ao surgir em 1931, abrigou diversas tendências e os conflitos eram inevitáveis. Segundo Márcio Barbosa (1998;p.11-12),

[...] pode-se estimar, a partir de dados do Anuário Estatístico Brasil, que a população negra no município de São Paulo, nessa época, fosse em torno de cem mil pessoas em uma população total de 922.017 pessoas, ou seja, negros representavam cerca de 11% do total. As condições de vida eram precárias. A maioria era analfabeta, morava em cortiços e trabalhava em subempregos. Não houve políticas públicas no país que visassem proporcionar aos descendentes de africanos chances de conseguir uma boa qualidade de vida, ao contrário do que aconteceu com os imigrantes. No aspecto saúde, a situação era tão grave que se previa o desaparecimento da população negra e uma das causas seria a tuberculose. A Frente Negra ofereceu, a essa população marginalizada, possibilidades de organização, educação e ajuda no combate à discriminação racial. Incentivou a conquista de posições dentro da sociedade e a aquisição de bens. Foi, sem dúvida, conservadora, expressava aspirações de negros de classe média e teve concepções políticas limitadas. Mas tentou dar aos afro-brasileiros condições de integrarem à sociedade capitalista e conseguiu resposta popular, como prova o grande número de filiais que estabeleceu e de associados que conquistou. Configura-se como uma das grandes mobilizações negras no contexto urbano e sua trajetória é um capítulo importante da história do povo afro-brasileiro.

O que sobressai de tudo isso é o fato de que a Frente Negra, ao arregimentar centenas de homens e mulheres e ter desdobramentos em vários estados, foi um movimento extremamente representativo dos desejos e aspirações da população afrodescendente nos anos 1930. Ela mobilizou comunidades, alimentou aspirações de cidadania e, muito mais que isso, possibilitou a conscientização de centenas de homens e mulheres negros de que era possível lutar por direitos, proteção e prosperidade econômica numa sociedade que sonhavam sem racismo, indiferença, injustiça e desqualificação. O historiador Petrônio Domingues (2013;p.156) lembrou que a Frente Negra Brasileira foi objeto das atenções do mais importante jornal da imprensa afro-americana na década de 1930, o *Chicago Defender*, sendo qualificada como a mais poderosa organização em toda América do Sul.

Dito isso, convém recordar que o declínio da Frente Negra Brasileira não representou o fim da luta da população negra. Nas décadas de 1940 e 1950 novas entidades, associações negras e jornais continuariam surgindo. Em 1944, por exemplo, Abdias do Nascimento fundou o Teatro Experimental do Negro (TEN) e, em 1948, o Jornal *Quilombo*. O legado da mobilização negra no pós-abolição continuaria a abrir caminhos na complexa trilha seguida pelos negros brasileiros para alcançar seus direitos históricos: civis, sociais e políticos.

2.2. Teatro Experimental do Negro (1944-1964)

A partir de 1943, começou no Brasil um intenso movimento pela volta da democracia. Os estudantes universitários, por exemplo, começaram a se mobilizar contra a ditadura do Estado Novo, organizando a União Nacional dos Estudantes (UNE). Apesar da onda de indignação provocada pela violência policial contra as manifestações estudantis, o governo insistia na defesa da continuidade da ditadura pela existência da guerra. No entanto, com a grande guerra em curso, ficava evidente a contradição existente entre o apoio do Brasil às democracias e a ditadura de Vargas. Nessas circunstâncias, aumentou ainda mais a consciência de direitos de uma parcela da população brasileira. Esse é o contexto com o qual se consegue captar que também os negros continuaram a sua luta para se organizarem, exigindo seus direitos históricos.

No ano de 1944, apenas um ano antes do final da guerra, no Rio de Janeiro, um pequeno grupo de profissionais liberais, artistas e ativistas negros, liderado por Abdias Nascimento (1914-2011), fundou o Teatro Experimental do Negro (TEN) – uma organização dedicada ao resgate dos valores e da estética da cultura negro-africana, valorizando o protagonismo do negro relativo à sua própria história, a ideia de negritude sob a influência de Aimé Cesaire, Leon Damas e Léopold Senghor, bem como ao progresso cultural afro-brasileiro. O TEN também foi a força propulsora para a publicação do Jornal *Quilombo* (1948-1950), de campanhas de alfabetização e de cursos de iniciação cultural. Assim, criado para ser uma companhia teatral, o TEN passou a assumir funções culturais e políticas. As justificativas para essas funções são apontadas por Abdias Nascimento (1968;p.198). Diz ele:

um teatro negro do Brasil teria de partir do conhecimento prévio da realidade histórica, na qual exerceria sua influência e cumpriria sua missão revolucionária. Engajado a esses propósitos foi que surgiu o TEN, que fundamentalmente propunha-se a resgatar, no Brasil, os valores da cultura negro-africana degradados e negados pela violência da cultura branco-europeia; propunha-se a valorização social do negro através da educação, da cultura e da arte. Teríamos que agir urgentemente em duas frentes: promover, de um lado, a denúncia dos equívocos e da alienação dos estudos sobre o afro-brasileiro; de outro, fazer com que o próprio negro tomasse consciência da situação objetiva em que se achava inserido.

Dito isso, pode-se destacar que o TEN não era apenas uma entidade com objetivos artísticos, mas uma frente de luta, inspirada na necessidade de estabelecer uma organização social, um polo de cultura que promovesse a libertação cultural do povo negro. Dessa forma, o teatro incorporou o compromisso de ser um instrumento de luta e redefinição da imagem do negro. Em síntese, o TEN “queria dar uma leitura a partir do olhar do próprio negro e da herança africana à cultura produzida pelo negro no Brasil, distanciando-se da forma ocidental de entender e ver a cultura negra” (MUNANGA; GOMES; 2004;p.122).

Mas o que sobressai de tudo isso é que, após a Segunda Guerra Mundial, ativistas do TEN, com a contribuição de outros grupos do Rio de Janeiro e São Paulo, constituíram a

base de grupos mais contestadores de épocas posteriores, além de valorizar a cultura afro-brasileira e africana. Tais observações tornam-se mais significativas quando se lembra da organização, por iniciativa do TEN, de conferências, convenções, congressos, associações, conselhos, ações de valorização da mulher negra, entre outras atividades.

Apenas a título de exemplo, é oportuno registrar que entre 1945 e 1946, o TEN organizou a Convenção Nacional do Negro Brasileiro, com reuniões em São Paulo e no Rio de Janeiro, quando lançou um Manifesto à Nação Brasileira. O Manifesto reivindicava que a nova Carta Magna definisse o racismo como crime de lesa-pátria, além de punir a sua prática como crime. Embora pareça paradoxal, essas reivindicações foram rejeitadas pela Assembleia Nacional Constituinte de 1946 sob a alegação de inexistirem provas de discriminação racial no Brasil.

Por sua vez, em 1949, foi realizada no Rio de Janeiro uma Conferência Nacional do Negro, reunindo representantes de entidades negras de alguns estados. Essa conferência, organizada por Abdias do Nascimento, Edison Carneiro e Guerreiro Ramos, “pretendia explicitamente ultrapassar os limites das formulações teóricas acadêmicas, distantes da problemática viva e concreta do povo negro. Um dos objetivos era fazer pesquisas no Distrito Federal e nos estados do país a fim de conhecer as aspirações dos negros brasileiros (...)” (ALMADA; 2009;p.85). Nessa Conferência elegeu-se o comitê de organização do I Congresso do Negro Brasileiro, realizado no Rio de Janeiro entre 26 de agosto e 4 de setembro de 1950. Segundo Abdias Nascimento (2005;p.205),

[...] o I Congresso do Negro Brasileiro constituiu um evento de extrema importância para a história da luta afro-brasileira. Reuniu inúmeras organizações negras da época, num foro amplo de debate e análise sobre os problemas que enfrentava a comunidade negra, e lançou vários projetos para tentar resolvê-los.

Cumpram chamar a atenção para o fato de que o final da década de 1940 e o início dos anos 1950 ficaram marcados por manifestações e debates agitados no que diz respeito à questão racial no Brasil. Dois episódios de discriminação colocaram em xeque a democracia racial brasileira. O primeiro, em 1947, quando a cientista negra norte-americana Irene Diggs, apesar da reserva feita pela embaixada dos Estados Unidos, foi impedida de se hospedar no Hotel Serrador, do Rio de Janeiro. No segundo, em 1950, foi a vez de duas artistas negras e norte-americanas – a coreógrafa Katherine Dunhan e a cantora Marian Anderson – serem recusadas no Hotel Esplanada. Pressionado pelos movimentos negros, em especial o TEN, e pelo destaque internacional alcançado por esses tristes episódios, o Congresso Nacional aprovou, em 1951, a Lei Afonso Arinos que proibiu a discriminação racial no Brasil. (ALMADA; 2009; p.89).

Tais observações tornam-se mais significativas quando ligadas ao conjunto de pesquisas sobre as relações raciais no Brasil, realizadas no início da década de 1950, patrocinadas pela a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). A origem do chamado Projeto Unesco estava associada à agenda antirracista formulada pela ONU no final dos anos 1940 sob o impacto do racismo e da Segunda Guerra Mundial. Nesse cenário, o Brasil representava uma esperança, pois divulgava no exterior a ideia de que no país os problemas raciais haviam sido solucionados. Daí o interesse da Unesco. No entanto, os resultados do estudo geraram uma série de dados e interpretações sobre o preconceito e a discriminação racial na realidade nacional. Mas não só. Também revelou a tensão entre a ideologia da democracia racial e os distintos padrões de relações inter-raciais existentes no Brasil. (MAIO; 1999;p.143).

Esse é o contexto com o qual se consegue captar a importância das atividades do TEN ao longo das décadas de 1950 e 1960, realizando diversas atividades culturais e políticas. Em 1955 ocorreu, no Rio de Janeiro, a Semana de Estudos Negros e o Concurso de Belas Artes com o tema “Cristo Negro”. No ano de 1964, quando a ditadura militar tomou o poder no país, a Unesco e o governo brasileiro organizaram um Seminário Internacional sobre Cultura Africana, realizado no Rio de Janeiro. No entanto,

o Itamaraty não queria que o negro brasileiro tivesse representação própria e convocou porta-vozes oficiais brancos para representar o Ministério das Relações Exteriores. O TEN denunciou essa atitude. Marietta Campos e Abdias Nascimento apelaram para um dos participantes estrangeiros, Aimé Césaire, que denunciou na reunião a precariedade do antirracismo brasileiro, que mantinha o negro discriminado dentro do país e o impedia de articular seus próprios conceitos a respeito de sua vida e de seus problemas. (ALMADA;2009;p.91)

Cabe salientar que o apelo do TEN ao poeta e ensaísta Aimé Césaire (1913-2008), um dos fundadores e dinamizadores do movimento da negritude, cujo esforço de revalorização da herança cultural africana viria a contribuir decisivamente para o posterior processo de descolonização da África, teve a repercussão esperada, colocando, mais uma vez, a democracia racial brasileira em questão.

Aqui cumpre frisar que o Teatro Experimental Negro com suas propostas sociais, culturais e políticas afirmou o orgulho negro e abriu espaços para articulação e diálogos com movimentos existentes em outros países americanos e africanos. Após o golpe de 1964 e com a promulgação do Ato Institucional N° 5 (AI-5), em 1968, ficou proibido oficialmente a atividade política negra antirracista. A questão racial virou assunto de segurança nacional. Essa situação só iria se alterar com a pressão do movimento negro durante as décadas de 1970 e 80, impulsionada pelo processo de redemocratização do país.

2.3. A resistência negra na Ditadura (1964-1985)

Em 1964, a sociedade brasileira viveu um duro golpe: a suspensão da maioria das atividades políticas alternativas. Daí em diante, a população passou a sofrer todas as atrocidades da ditadura e, nesse período, o movimento negro não foi uma exceção. A repressão desarticulou as lideranças negras. Em decorrência, a atuação dos movimentos negros foi direcionada para a questão cultural, como estratégia para consolidar um discurso de recuperação dos valores negros e sustentar a luta contra os efeitos do racismo (SILVA; 1994;p.49).

Assim, o movimento negro só voltaria a surgir de maneira organizada no início da década de 1970, quando os movimentos sociais que a ditadura tentou calar, ergueram novamente as vozes: greves dos trabalhadores de diversas categorias espalharam por todo o país.

Convém assinalar que duas influências marcantes ajudam a entender o surgimento de atitudes frontalmente antirracista nas grandes cidades brasileiras nos anos 1970. A primeira diz respeito às lutas dos negros norte-americanos pelos direitos civis, nas décadas de 1950 e 60. A segunda, por sua vez, trata da descolonização africana. As novas nações surgidas na África, sobretudo, após 1960, provocaram euforia entre ativistas antirracistas na diáspora africana nas Américas, incluindo, é claro, o Brasil. Soma-se a isso o fato de que as Nações Unidas aprovaram, em 1965, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, ratificada pelo Brasil em 27 de março de 1968.

Nesse contexto, é preciso observar que o movimento negro ressurgiu nos anos 70 com um “novo” caráter que, na verdade, segundo Michael G. Hanchard (2001;p.132), tratava-se de um velho traço latente. Diz ele:

[...]Esse traço foi a política de esquerda [...]. O que se revelou sem precedentes no despontar de grupos e organizações de protesto nos anos setenta foi a confluência de discursos baseados na raça e na classe dentro do movimento negro. Tanto os ativistas quanto os seguidores abandonaram os credos de conformismo e de ascensão social que haviam prevalecido nas décadas de 1930 e 1940, respectivamente. No fim dos anos setenta, essas duas formas de discurso político estavam desacreditadas e marginalizadas no movimento negro. Ambas passaram a ser associadas a valores estatais e elitistas. Provas dessa virada ideológica podem ser encontradas em numerosas conferências e publicações da época.

Retenham-se dessas considerações o fato de os movimentos negros, a partir dos anos setenta, terem retomado o processo político-reivindicatório, passando a denunciar, em particular, que a exploração socioeconômica atinge de maneira diferente negros e brancos. Em outros termos, a pobreza, no Brasil, tinha cor. Era importante somar esforços na luta contra a desigualdade social e racial.

Neste ponto, deve-se lembrar acontecimentos na cidade de São Paulo, no primeiro semestre do ano de 1978, que inflamaram ativistas negros de várias partes do país: a tortura e o assassinato de Róbson Silveira da Luz, um motorista de táxi negro, e a discriminação sofrida por quatro atletas juvenis negros, expulsos do Clube de Regatas Tietê. Diante desses atos de violência, os ativistas decidiram dar uma resposta. Após a criação, em junho de 1978, do Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR) foi realizado uma manifestação, em 7 de julho de 1978, em frente ao Teatro Municipal, em São Paulo. Nessa ocasião, a “Carta Aberta à População” foi lida. Por meio dela, em tom de denúncia, iniciou-se uma campanha contra a discriminação racial, contra a repressão policial, o desemprego, a marginalização, além de conclamar a sociedade a criar as condições necessárias para uma verdadeira democracia racial (HANCHARD; 2001;p.148-149).

Esse é o contexto com o qual se consegue apreender o nascimento do Movimento Negro Unificado (MNU). A pesquisadora Maria Auxiliadora Gonçalves da Silva (1994;p.56) esclarece que

no bojo da ‘Carta Convocatória’ para o Ato Público contra o racismo, assim como na ‘Carta Aberta à População’, estavam contidas as diretrizes para a comunidade negra. Surgia, assim, o *Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial – MUCDR*. Posteriormente, no dia 23 de julho [1978], foi acrescido o termo *negro* ao nome do movimento, passando a ser daquela data em diante *Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial – MNUCDR*.

E, mais adiante, completa:

pelo rumo que estava tomando o Movimento, sentiu-se a necessidade de estruturar-se a nível jurídico, criando-se o Estatuto, o Regimento Interno, a Carta de Princípios e o Programa de Ação. Mais tarde, a ampliação e o aprofundamento que foram dados às linhas do Programa de Ação, resultaram na simplificação do nome *Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial – MNUCDR*, para *Movimento Negro Unificado –MNU*.

Assim sendo, a partir da década de 1980, o MNU tornou-se uma das principais entidades negras. Com um caráter nacional, está presente em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Brasília, Goiás, Rio Grande do Sul, Pernambuco e em outros estados. Sua agenda política apresentou-se bastante variada: a política de identidade e reconhecimento dos negros; a ação simbólica em torno das datas comemorativas; a luta contra a discriminação racial que inclui a ação política e jurídica de criminalização do racismo; as propostas para superação do racismo na educação escolar, incluindo o ensino da história do negro no Brasil e da cultura afro-brasileira no currículo escolar; a discussão da questão racial dentro dos partidos políticos mais progressistas, bem como a formação de lideranças políticas negras para atuar nas esferas políticas.

2.4. O movimento negro em tempos de Democracia (1988-2003)

O ano de 1988 foi fundamental na história da luta contra o racismo na sociedade brasileira, marcando o restabelecimento do Estado Democrático de Direito – com a promulgação da nova Constituição Federal – e, conseqüentemente, a igualdade de direitos e a criminalização do racismo. Esse mesmo ano marcou o centenário do fim da escravidão no Brasil e uma nova etapa na luta antirracista. O Estado começou a reconhecer a sua omissão histórica e foi pressionado a implementar medidas de promoção da igualdade racial.

É oportuno sublinhar que as comemorações do Centenário da Abolição da Escravatura foi um momento de particular importância para o movimento negro. Michael Hanchard (2001;p.167), considera que

[...] Foi a primeira vez em que as múltiplas formas de desigualdade racial contra os afro-brasileiros tornaram-se um tema preponderante do debate nacional. Para os afro-brasileiros, os eventos dessa comemoração representaram uma das poucas ocasiões, no período pós-guerra, em que eles exerceram uma ação coletiva contra as práticas estatais, tanto discursivas quanto não discursivas, e contra as atitudes do senso comum, na sociedade civil, a respeito da história e do legado permanente da opressão afro-brasileira. [...] Os eventos de 1988 trouxeram para o primeiro plano diversas contradições da política racial brasileira.

Revedo os debates e seus desdobramentos, ao longo dessas comemorações, cabe ressaltar que os ativistas afro-brasileiros, por meio de movimentos coletivos, se posicionaram de forma firme, como uma força social coletiva, orientada para exigir mudanças na política racial brasileira. No entanto, será apenas nos anos 1990, sob o primeiro governo Fernando Henrique Cardoso, que se reconhecerá pública e oficialmente ser o Brasil um país racista.

Apenas a título de exemplo, é oportuno destacar um acontecimento, associado à ação do movimento negro, que marcou a década de 1990. Merece menção a realização da Marcha Zumbi dos Palmares, contra o Racismo, pela Igualdade e a Vida. Em 20 de novembro de 1995, no ano das comemorações dos trezentos anos da morte de Zumbi dos Palmares, principal líder negro do país, o movimento negro brasileiro realizou a Marcha que levou mais de 30.000 militantes negros à capital do país e apresentou ao Presidente da República uma pauta de reivindicações, o *Programa de Superação do Racismo e da Desigualdade Racial*. Como resposta à Marcha Zumbi dos Palmares, o governo federal criou o Grupo de Trabalho Interministerial para Valorização da População Negra (GTI), abrindo espaço para participação ampliada da sociedade na elaboração de propostas para combater as desigualdades raciais por meio das políticas públicas.

De fato, a marcha influenciou os rumos da luta contra o racismo no Brasil. Nos anos seguintes, o movimento negro foi fortalecido e a questão racial negra passou a ser vista como um dos impasses nacionais a serem solucionados para a construção de um país sem racismo, justo e igualitário.

Por sua vez, em 2001, mais um passo foi dado para consolidar na agenda política, por pressão do movimento negro, o tema das ações afirmativas como políticas de promoção de igualdade racial. Trata-se da expressiva participação de brasileiros na III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Conexas de Intolerância, realizada em Durban, África do Sul. Melhor explicando, os debates em Durban mostraram que o mundo estava disposto a criar mecanismos para erradicação todas as formas de preconceito. No Brasil, o reconhecimento do conceito de reparação como eixo principal para a implementação de políticas de combate ao racismo e de promoção da igualdade racial colocou em discussão a importância das políticas de ação afirmativa em favor dos afrodescendentes no âmbito das políticas públicas.

Mais tarde, em 2003, já no início do governo de Luís Inácio Lula da Silva foi criada a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPPIR) e o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Cabe ressaltar que a criação da SEPPPIR foi fundamental para a coordenação das ações articuladas à temática racial, bem como para a institucionalização das políticas voltadas para a superação das desigualdades raciais e do racismo.

Esse é o contexto com o qual se consegue captar a importância da Lei Federal nº 10.639, de 10 de janeiro de 2003. A Lei estabelece a obrigatoriedade do ensino, nas escolas públicas e privadas do ensino fundamental e médio, da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. Trata de política curricular, fundada em dimensões históricas, sociais, antropológicas oriundas da realidade brasileira, e busca combater o racismo e as discriminações que atingem particularmente os negros.

É importante notar que com a obrigatoriedade desses conteúdos pretende-se abalar um dos pilares da construção de estereótipos racistas, pois, ao levar o conhecimento para a sala de aula, pretende-se desconstruir estereótipos e formar futuras gerações aptas a reconhecer e valorizar a história, a cultura e a identidade afro-brasileira.

Resumindo o que até aqui se expôs, a Lei representou ganhos político e pedagógico. Melhor explicando, ela é um ganho político porque faz parte de um processo histórico que visa ampliar os limites da democracia no Brasil, buscando garantir a efetiva cidadania a todos os brasileiros. Ela é um avanço conquistado pelo ascenso dos movimentos sociais e incorpora a demanda dos movimentos sociais negros.

Por sua vez, representa um ganho pedagógico porque a Lei é fundamental por contribuir para ampliar o conhecimento a respeito da história dos negros. Em outros termos: a disciplina história concebida segundo uma perspectiva predominantemente europeia e norte-americana, muitas vezes reafirma preconceitos e pré-noções que realimentam “cientificamente” desigualdades e hierarquias. Os africanos são representados, no âmbito da escravidão, como peças de uma engrenagem econômica. São coadjuvantes do colonialismo moderno, ao mesmo tempo em que se ignora a historicidade milenar do continente africano (HERNANDEZ; LIMA; 2003;p.6).

Por fim, é importante registrar que muito antes da existência da Lei nº. 10.639/2003 o Movimento Negro indicava a necessidade de qualificar professores conhecedores dos

mecanismos indispensáveis para a compreensão de um Brasil fortemente marcado pela cultura africana, na expectativa de mudança de mentalidades preconceituosas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa foi possível compreender questões pertinentes ao movimento negro brasileiro, em particular, no Rio de Janeiro e São Paulo, no período de 1931 a 2003. Embora apresente uma articulação cronológica, não deve ser lido como uma análise histórica abrangente do período em questão. A trajetória do movimento negro é muito mais complexa. No entanto, o que foi apresentado buscou identificar algumas questões cruciais para vislumbrar o lugar do movimento negro na luta pela cidadania num período importante do século XX.

Sabe-se que, atualmente, o movimento negro possui estratégias diversas, expressando-se em inúmeras organizações e coletivos como o Movimento Negro Unificado (MNU), a Coordenação Nacional de Entidades Negras (CONEN) e a União de Negros pela Igualdade (UNEGRO), o Movimento de Mulheres Negras (MMN), a Convergência da Luta de Combate ao Racismo no Brasil, a Convergência Negra, entre outras.

São conhecidas, também, as inúmeras dificuldades que essas organizações encontram como a insuficiência de recursos e a falta de coordenação e articulação em torno de um projeto comum. Embora pareça paradoxal, um dos obstáculos continua sendo a ideologia da democracia racial – principal combustível do racismo velado na sociedade brasileira – que, apesar de desmontada muitas vezes, continua presente. Nesse sentido, paralelamente a implementação de políticas públicas, a superação das desigualdades raciais deve passar por uma batalha efetiva pela educação das futuras gerações, de modo a promover uma mudança de consciência, desmanchando os estereótipos, os preconceitos e ideologias que negam o racismo. Só assim, a trajetória de luta do povo negro será compreendida e respeitada acima de tudo.

REFERÊNCIAS

- ALMADA, Sandra. *Abdias Nascimento*. São Paulo: Selo Negro, 2009. (Retratos do Brasil Negro).
- ALONSO, Ângela. *As ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil - Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- BARBOSA, Marcio. *Frente Negra Brasileira (Depoimentos)*. São Paulo: Quilombhoje, 1998.
- BELUCCI, Beluce. *Introdução à História da África e da Cultura Afro-Brasileira*. Rio de Janeiro: CEAA-UCAM/CCBB, 2003.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. *Branqueamento e branquitude no Brasil. Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BIZZO, Nélio M. V. *Meninos do Brasil: ideias sobre reprodução, eugenia e cidadania na escola. Tese (Livre-Docência)*. Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação. São Paulo, 1994.
- BRASIL. Ministério da Educação/Secad. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica, 2004.
- CARVALHO, José M. *Os bestializados, o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.
- D'ADESKY, Jacques. *Pluralismo étnico e multi-culturalismo: racismos e anti-racismos no Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.
- DOMINGUES, Petrônio. Como se fosse bumerangue: Frente Negra Brasileira no circuito transatlân-

- tico. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.28, n. 81, fev. 2013, p. 156.
- _____. Associativismo Negro. In: SCHWARCZ, Lilia M.; GOMES, Flávio (orgs.). *Dicionário da Escravidão e Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- FAUSTINO, Oswaldo. *A legião negra: a luta dos afro-brasileiros na Revolução Constitucionalista de 1932*. São Paulo: Selo Negro, 2011.
- FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: DIFEL, 1971.
- GOMES, Flávio. *Negros e Política (1888-1937)*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- HANCHARD, Michael George. *Orfeu e o Poder: movimento negro no Rio e São Paulo (1945-1988)*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.
- HASENBALG, Carlos A. *Discriminação e Desigualdades raciais no Brasil*. São Paulo: Edições GRAAL, 1979.
- HERNANDEZ, Leila Leite; LIMA, Heloisa Pires. A Lei 10.639 na sala de aula. *Revista Caros Amigos*, São Paulo, n. 71, fev. 2003.
- _____. *A África na sala de aula: visita à história contemporânea*. São Paulo: Selo Negro, 2008.
- MAGGIE, Yvonne. Aqueles a Quem foi Negada a Cor do Dia. In: MAIO, Marco Chor (org.). *Raça Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB, 1996.
- MAIO, Marcos Chor. O Projeto Unesco e a agenda das ciências no Brasil dos anos 40 e 50. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.14, n.41, out. 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v14n41/1756.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2018.
- MOURA, Clóvis. *Brasil: as raízes do protesto negro*. São Paulo: Global, 1983.
- MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. *O negro no Brasil de hoje*. São Paulo: Global, 2006.
- NASCIMENTO, Abdias. *O negro revoltado*. Rio de Janeiro: GRD, 1968.
- _____. Teatro Experimental do Negro: trajetória e reflexões. In: *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 18, n. 50, 2005.
- RAMOS, Jair de Souza. Dos Males que Vêm com o Sangue: as Representações Raciais e a Categoria do Imigrante Indesejável nas Concepções sobre Imigração da Década de 20. In: MAIO, Marcos Chor (org.). *Raça Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB, 1996.
- SANTOS, Ynaê Lopes. *História da África e do Brasil Afrodescendente*. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.
- SCHNEIDER, Alberto. Mistificações da Ciência. *História Viva*, n. 3, 2006. (Temas brasileiros).
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- _____; GOMES, Flávio (orgs.). *Dicionário da Escravidão e Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- SEYFERTH, Giralda. Construindo a Nação: Hierarquias Raciais e o Papel do Racismo na Política de Imigração e Colonização. In: MAIO, Marco Chor (org.). *Raça Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB, 1996.
- SILVA, Maria Auxiliadora Gonçalves da. *Encontros e desencontros de um movimento negro*. Brasília, Fundação Cultural Palmares, 1994.
- SILVA, Maria Aparecida Pinto. *A Voz da Raça: uma expressão negra no Brasil que queria ser branco*. 2003, 191f. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

NOTAS

¹ Desta geração tomaram parte nomes tão diversos quanto os de Joaquim Nabuco, Rui Barbosa, André Rebouças, Quintino Bocaiúva, Saldanha Marinho, Tobias Barreto, Silvio Romero, Clóvis Beviláqua, Júlio de Castilhos, Assis Brasil, Miguel Lemos, Silva Jardim, Alberto Sales, Miranda Azevedo, Rangel Pestana, entre muitos outros, unindo monarquistas e republicanos, positivistas, darwinistas, abolicionistas, enfim, defensores das mais diversas correntes políticas e científicas do período. (Cf: ALONSO; 2002; p.345-6)

² Sobre o tema da Legião Negra consultar: FAUSTINO; 2011.NOTAS

ABSTRACT

This article resumes the discussion about black resistance in the social and historical context of Brazil between 1931 and 2003. Based on the analysis of the historiography on the theme, it highlights the black movement's struggle to foster citizenship and thus suggests the importance of acknowledging the black movement's achievements in its fight for inclusive education and against racism, as well as the redefinition of the black people's role in the history of Brazil.

KEYWORDS

Social Movements, Brazilian Black Movement, Resistance, Racism, Anti-racism